

Interconexão entre filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt

Interconnection between philosophy and politics in Hannah Arendt

Maria Francisca Pinheiro Coelho¹

RESUMO: Existe um fio condutor do pensamento teórico-conceitual na filosofia de Hannah Arendt (1906-1975) com as Ciências Sociais? Qual a relevância de seus conceitos e contribuições nesse campo? Este será o percurso deste trabalho no XIV Encontro Hannah Arendt cujo tema é “*A pluralidade da pesquisa em Hannah Arendt*”. O objetivo do texto é dialogar com sua filosofia política e as Ciências Sociais, destacando alguns de seus conceitos relevantes na área. O texto compõe-se dos seguintes tópicos: 1. Introdução; 2. A compreensão da política; 3. O conceito de liberdade; 4. Os conceitos de esfera pública e esfera privada; 5. O conceito de poderem duas tradições; 5. E como conclusão destacamos a reflexão sobre a responsabilidade pessoal e responsabilidade política no pensamento de Arendt.

PALAVRAS-CHAVE: política; liberdade; esfera pública

ABSTRACT: Is there a common thread of theoretical-conceptual thought in Hannah Arendt's philosophy (1906-1975) with the Social Sciences? What is the relevance of your concepts and contributions in this field? This will be the course of this article at the XIV Hannah Arendt Meeting whose theme is “*The plurality of research in Hannah Arendt*”. The purpose of the text is the dialogue with her political philosophy and the Social Sciences, focusing on relevant concepts in this area. The text is composed of the following topics: 1. Introduction: Understanding politics; 2. The concept of freedom; 3. The concepts of public sphere and private sphere; The concept of power; 5. And as a conclusion we highlight your reflection on: personal responsibility and political responsibility in Arendt's thought.

KEYWORDS: Policy; freedom; public sphere

¹Professora Titular do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília. ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-4357-7267> . E-mail: coelho francisca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em entrevista concedida ao jornalista Günter Gaus, no canal 2 da TV alemã, em 28 de setembro de 1964, quando ele perguntou à Hannah Arendt sobre seu papel no círculo dos filósofos, ela respondeu que não pertencia a esse círculo, e complementou: Meu ofício – para me exprimir de uma maneira geral – é a teoria política. Explicou que embora sua formação fosse de filósofa, seu ofício era “a teoria política”. Definiu-se como pensadora política e que sua preocupação era compreender os acontecimentos do mundo. Explicou que viveu com dupla identidade de judia e alemã, sem que isso constituísse um problema para ela, e que também não gostava de ser identificada como uma judia assimilada. Porém, não esqueceu quando uma colega de escola a identificou como judia. Isso para ela representou um grito de guerra: “Se você é atacada na qualidade de judeu, é como judeu que deve se defender” (ABRANCHES, 1993).

Foi essa identidade que a motivou para o pensamento político e a fugir da Alemanha em 1933, com a ascensão do nazismo, se exilar na França e migrar para os Estados Unidos em 1941, país onde recomeçou a vida trabalhando em instituições judaicas², como já tinha feito na França, e escreveu a maior parte de sua obra, onde também adquiriu cidadania americana em 1951. Esses acontecimentos marcaram o pensamento político de Hannah Arendt e a maior parte de suas reflexões, em livros e artigos.

O tema da filosofia política sempre ocupou um lugar de destaque no pensamento de Hannah Arendt, o que a levou a se definir como uma teórica da política. Depois de escrever *Origens do Totalitarismo* (1951) e mesmo antes de *A Condição Humana* (1958), ela tinha assinado um contrato para escrever um livro de *Introdução à Política*, mas que não concretizou devido aos seus seminários de filosofia que a levaram ao livro *A Condição Humana*, cujo projeto inicial seria uma crítica à teoria marxista. Seus seminários sobre o tema resultaram em sua obra *A Condição Humana*, um dos seus principais, senão o principal, livros. Os fragmentos da obra sobre a Política foram compilados por Úrsula Ludz e publicados no livro *Hannah Arendt: o que é a Política?* (1998).

A COMPREENSÃO DA POLÍTICA

Este livro *O que é a Política?* contém importantes reflexões sobre o pensamento político de Arendt. Neste livro, chama atenção sua elaboração sobre o conceito de política em contraponto com o incremento dos meios de violência, ocupando o lugar da política. Arendt atribui a esses fatos a destruição da esfera pública e da liberdade. Segunda a filósofa, a preocupação com a política é a preocupação com o mundo. Quando a política perde espaço, aumentam os instrumentos da violência.

Em termos conceituais, Hannah Arendt concebe a política, não o Estado, como uma atividade no espaço público da liberdade e da pluralidade. Com essa compreensão também, a autora tematiza sobre a categoria da natalidade, que significa o começo, como uma categoria política e como a possibilidade de criar

² Já trabalhava com isso como exilada na França, quando transporte crianças judias para Israel.

algo novo que Arendt vai utilizar como uma possibilidade para o fim dos regimes totalitários. Essa possibilidade do novo como categoria política, a autora vai denominar de o *milagre humano*.

No final de *Origens do Totalitarismo* (1951), Arendt remete a essa categoria do novo, atribuída à natalidade e ao nascimento, a possibilidade de destruição deste regime, no qual sua reprodução não pode ser dada como certo. O totalitarismo subsiste somente com a destruição da esfera pública e da privada: “O milagre da liberdade está contido nesse poder recomeçar que, por seu lado, está contido no fato de que cada homem é em si um novo começo, uma vez que por meio do nascimento, veio ao mundo que existia antes dele e vai continuar existindo depois dele (ARENDR, 1998, p. 44). Para a filósofa, a guerra, embora possa se constituir uma ação fundadora do espaço político, e de sua ampliação, não é uma ação política em si.

As questões centrais do livro *O que é a Política?* que refletem os tempos sombrios vividos por ela, como a segunda mundial, são: O que é a política? Qual o sentido da política? A política tem ainda algum sentido? Para a filósofa a política tem sim um sentido, e o seu sentido é a liberdade.

A tese que Arendt vai defender, ao tentar responder sobre a questão o que é a política, e que, de certa forma, vai orientar o conjunto de sua obra é que o sentido da política é a liberdade e que o agir político nos tempos modernos não se identifica com a liberdade, mas com o agir pela força e pela violência. Porém, apesar disso, a política compreendida como uma ação livre, tem ainda algum sentido por ter a capacidade de inaugurar um novo começo, conceito tematizado em seus principais livros, *Origens do Totalitarismo* (1951) e em *A condição Humana* (1958).

Para Hannah Arendt, o espaço da política é o espaço da liberdade. O pressuposto da liberdade ultrapassa inclusive a compreensão do livre arbítrio, da escolha entre duas opções, pois o sentido da liberdade inclui o conceito de inaugurar algo novo, fora dos parâmetros existentes. Poderíamos pensar em algo como a desobediência civil, analisada no seu artigo *Desobediência Civil*, no livro *Crises da República* (1999). A compreensão da liberdade do pensamento da filósofa tem a identificação com a característica de inauguração, que poderia estar presente, por exemplo, no fenômeno da Revolução, na qual a força antes fronteira, vai para o centro da vida e cria algo novo.

Ao refletir sobre a política e qual o sentido da política, seu o objetivo é o de retomar o conceito de política como a ação entre pares, mas também para caracterizar o sentido da política no mundo moderno, do agir pela força. Procura compreender a política à luz das experiências do totalitarismo e da bomba atômica.

Para Arendt, a política nos tempos modernos se identifica com o agir pela força e pela violência. Apesar disso, tem ainda algum sentido porque tem a capacidade de inaugurar um novo começo, uma categoria agostiniana, tematizada em sua tese de doutorado *O conceito de amor em Santo Agostinho*, defendida em 1929.

Os conceitos que a autora vai trabalhar nesses manuscritos que resultaram no trabalho de compilação de Ursula Ludz, contem a compreensão do conceito de política como persuasão, convencimento, em contraposição à força e à violência, definidas como ações instrumentais. Para Arendt, a guerra embora possa ser uma ação fundadora do espaço político, como em uma Revolução, não é uma ação política em si (Arendt, 1998, p. 61).

Em sua teoria política, Hannah Arendt também usa a categoria do milagre, *o milagre humano*, como uma das possibilidades da categoria da ação, entendida como um acontecimento humano e identificada com o inaudito:

Sempre que algo novo acontece, de maneira inesperada, incalculável, e por fim inexplicável em sua causa, acontece justamente como um milagre dentro do contexto de cursos calculáveis. Em outras palavras, cada novo começo é, em sua natureza, um milagre – ou seja, sempre visto e experimentado do ponto de vista dos processos que ele interrompe necessariamente. Nesse sentido, a transcendência religiosa da crença no milagre corresponde à transcendência real e demonstrável de cada começo em relação ao contexto do processo no qual penetra (Arendt, 1998, p. 42)

A noção de milagre que Arendt trabalha não é no sentido da crença em uma força sobrenatural, na dimensão sobrenatural que o homem desenvolveu, mas o milagre como uma coisa terrena, uma das características da ação de inaugurar algo novo. Nesse mesmo sentido, a filósofa também introduz a *categoria da natalidade*, como uma categoria política, que significa um novo começo. Cada nascimento contém em si um novo começo.

A *polis* inclui em sua forma de organização o conceito de luta como uma forma de convívio humano não apenas legítimo, mas um dos mais elevados. O conflito, como uma forma de socição, é inerente às relações sociais e ao mundo político. É característico do agir, a capacidade de desencadear processos. Porém, o sentido da política é a liberdade e, para Arendt, a maior virtude da política é a coragem (Arendt, 1998, p. 53). Nos tempos modernos o espaço público-político tornou-se um lugar de força. A época mais pacífica em termos históricos, acarretou o mais terrível desenvolvimento da força.

Em sua reflexão sobre a violência e a Guerra, Arendt também se apoia na filosofia kantiana, no seu ensaio sobre a *Paz Perpétua* (2002), ao definir que mesma a Guerra deve ter como objetivo a paz, a coexistência das partes inimigas, do contrário é uma guerra de extermínio. Para Kant, “nada deve acontecer em uma guerra que seja impossível a paz posterior, pois do contrário é uma guerra de extermínio” (2002, p.132). No entanto, a guerra é um assunto inter-humano e, portanto, um assunto da política. A guerra surge quando não há mais espaço para negociação política, quando essa é suspensa por falta de acordo. Nesse sentido, as ações militares que eclodem nada mais são do que a continuação da política por outros meios.

Para Arendt, política e guerra são assuntos distintos. Mas guerras e revoluções têm em comum entre si o fato de serem símbolos da força. No entanto, concordaria com Kant, no seu ensaio *A paz perpetua*, quando ele diz que mesmo a guerra tem como fim a paz, a coexistência das partes inimigas, pois do contrário é uma guerra de extermínio. Para Kant, “nada deve acontecer em uma guerra que torne impossível a paz posterior, pois do contrário é guerra de extermínio. (2002, p. 132). Pois quando a guerra não pressupõe mais a coexistência das partes inimigas e só quer liquidar os conflitos de maneira violenta, deixa de ser um meio da política para se transformar em uma guerra de extermínio e a romper os limites da coisa pública.

Hannah Arendt menciona que temos exemplos desse tipo de guerra no passado e no presente. Esse tipo de guerra se associa à forma de domínio totalitário, pois o princípio do agir totalitário tende a influenciar o mundo não totalitário. No totalitarismo o que está em jogo é muito mais do que o mundo do adversário

derrotado. E o princípio do agir totalitário tende a influenciar no mundo não totalitário. O que é exterminado em uma guerra de extermínio é muitíssimo mais do que o mundo do adversário derrotado.

Contra argumentando Carl Von Clausewitz para quem a guerra é a continuação da política por outros meios, Hannah Arendt argumenta que somente a força pode liquidar em definitivo o poder, quando esta se torna total e elimina o homem:

Como nossas experiências com a política são feitas sobretudo no campo da força, é bastante natural entendermos o agir político nas categorias do forçar e ser-forçado, do dominar e ser-dominado, pois nelas se manifesta o verdadeiro sentido de todo fazer violento (Arendt, 1998, p. 133)

Para Arendt, no nosso século, a palavra de Clausewitz de que “a guerra nada mais seria do que a continuação da política por outros meios”, inverteu-se, de modo que a política se tornou a continuação da guerra.

O CONCEITO DE LIBERDADE

Embora o tema da liberdade esteja presente em toda a filosofia política de Hannah Arendt, em dois de seus textos o foco é neste tema: sua tese de doutorado, *O conceito de amor em Santo Agostinho*, defendida em 2029, cujo orientador foi Karl Jaspers, discípulo de Max Weber, e no seu ensaio *O que é liberdade*, do seu livro *Entre o passado e o futuro* (1988). Tais textos são basilares de seu pensamento político – poderíamos acrescentar também o ensaio sobre a Desobediência Civil (1999) porque contém uma compreensão da liberdade que ultrapassa a noção do livre arbítrio, teoria prevalecente na sociedade moderna. O foco no indivíduo e no poder da ação coletiva têm uma força inaugural em sua filosofia.

O conceito de amor em Santo Agostinho unia duas dimensões: o amor à Deus e o amor ao próximo, a dimensão divina e o *amor mundi*. Da aproximação, entre essas duas dimensões, Arendt extrai o conceito de cidadania como *cidadão do mundo*. Uma visão diferente do catolicismo, com a doutrina de que *o meu reino não é deste mundo*.

Em Agostinho, segundo Arendt,

Ainda que tudo o que vem do exterior para a vida só seja desejado pelo amor da vida, é um facto que é a vida que se deve aspirar. A vida, torna-se ela própria o bem ao qual se aspira (ARENDR, 1997).

Esse seria o caminho para o encontro do homem com a Deus: “Na sua procura por si mesmo o homem descobre que é mortal, efêmero e mutável” (ARENDR, 30). A questão que sou para mim mesmo é a mesma do que sou para o mundo. Esse o caminho que leva a Deus. A relação do cidadão com o mundo e a religião.

O amor ao próximo é o *amor mundi*. Em Arendt a expressão *amor mundi* se identifica também com a vocação política. Em Max Weber seria o viver *para a política e não da política*, que diferencia a verdadeira vocação política política. Na compreensão de Agostinho, chama-se de mundo não apenas a criação de Deus, o céu e a terra, mas também todos os habitantes do mundo. No filósofo, o conceito de mundo é duplo: inclui a criação de Deus e todos aqueles que habitam o mundo. Da mesma forma, que a palavra casa designa ao mesmo tempo a construção e os que a habitam.

A parte da tese de Hannah Arendt que trata da vida em sociedade (*Vita Socialis*) é que ela mais tematiza a questão da liberdade, ao tratar do amor ao próximo. O amor ao próximo está ligado, conforme o mandamento da tradição, tanto ao amor a Deus como ao amor ao outro como a si mesmo. Segundo Arendt, ao falar da vida em sociedade – *vita socialis* – Santo Agostinho identifica as duas dimensões: do amor à Deus do amor ao mundo:

O amor ao próximo esta ligado, conforme o mandamento da tradição, tanto ao amor a Deus como ao amar o outro como a si mesmo. Santo Agostinho concebe este ‘como a si mesmo’ em todas as passagens em que fala do amor ao próximo sob uma forma que lhe é própria (Arendt, 1997, p. 151).

De acordo com Arendt, o amor ao próximo desempenha um papel tão importante em Santo Agostinho devido ao seu interesse está radicado na tradição cristã. Em Agostinho não é o problema do que “sou para mim mesmo que dá ao próximo a importância posta pelo mandamento do amor”. O ser particular não está sozinho no mundo, tem companheiros de destino (consortes), e aqui, não apenas nesta ou naquela situação, mas durante toda a sua vida (Idem, p. 155).

O amor ao mundo vem do pertencimento do homem ao mundo. A compreensão de Santo Agostinho do amor ao mundo como uma consequência do amor a Deus e a si próprio desempenha um lugar importante na filosofia de Hannah Arendt. Santo Agostinho viveu na época fronteira entre o fim da Antiguidade e o começo da Idade Média. Sua elaboração sobre o problema da liberdade distingue-se da orientação do *livre arbitrio*, predominante depois. Nele, a liberdade está pautada na própria definição do ser individual no mundo, ao domínio da interioridade.

A concepção de liberdade em Santo Agostinho presente no pensamento da Hannah Arendt corresponde ao do filósofo cristão, e não da passagem da antiguidade para a da Idade Média. A influência de seu pensamento em Arendt provém da capacidade orientado pelo *amor mundi*. Essa constitui a temática do ensaio de Arendt sobre o *Que é liberdade*, em seu livro *Entre o passado e futuro* (1972).

Em evento em homenagem a Hannah Arendt, em entrevista que deu aos participantes, publicada no livro *The Recovery of the Public World* (1978), com o título “Hannah Arendt by Hannah Arendt”, foi lhe perguntado qual era sua orientação política, ela respondeu: “Quero pensar sem corrimão”. Diz que os liberais a consideram de esquerda e os de esquerda, liberal. No entanto, quer pensar por si mesma, sem ideologias preestabelecidas. Provavelmente estava em sintonia com o pensamento do filósofo Catão, quando ele afirma que “prefere estar em desacordo com o mundo todo, do que sendo um, estar em desacordo consigo mesmo” (2014).

A liberdade é um conceito exclusivamente político, introduz Arendt. Em Agostinho, a liberdade está identificada com o início, com a capacidade humano de iniciar algo novo, a categoria do começo, própria da ação, com sua propriedade de iniciar algo novo. Por ser um filósofo de passagem, Agostinho conviveu com duas tradições do conceito, sendo a predominante no pensamento de Hannah Arendt o conceito de liberdade relacionada a capacidade humana do começo, a que Arendt vai denominar de o *milagre humano*, inerente à atividade da ação.

O tema da liberdade é retomado por Arendt em seu ensaio *O que é liberdade?* Incluído em seu livro *Entre o passado e futuro* (1988) no qual volta a tematizar sobre os dois conceitos de liberdade: um relacionado a uma propriedade da ação humana de inauguração e a outra ao livre arbítrio. As duas noções são tematizadas por Santo Agostinho, um escritor de passagem da antiguidade clássica para a Idade Média.

Em seu livro *Origens do Totalitarismo*, no qual analisa o nazismo e o stalinismo, Hannah Arendt vai defender a noção agostiniana da liberdade relacionada a atividade humana da ação, identificada com a noção de começo, para anunciar sobre a permanência ou não desse tipo de regime. Supõe que se existiu, pode se reproduzir, mas que não se tem certeza, pela capacidade humana da ação de criar um novo começo, denominada por ela de o *milagre humano*. Essa sua expressão no final de sua obra *Origens do Totalitarismo*, sugerindo uma indefinição quanto a possibilidade de sua reprodução ou não. Dependerá das escolhas humanas a reprodução ou não desse regime.

O artigo *O que é liberdade* muito esclarece sobre o pensamento humanista de Hannah Arendt porque contém o fio condutor de seu pensamento e de sua filosofia política. Os argumentos consistentes deste artigo se constituem em uma crítica aos pilares do determinismo, como:

A liberdade política necessita de um espaço comum para o encontro de pessoas livres; sem espaço público, a liberdade não encontra uma realidade concreta onde aparecer; A noção de interdependência entre liberdade e política coloca-se em contradição com as teorias sociais da época moderna; existe uma identificação da liberdade com a noção de começo, de início; por fim, essas faculdades da ação humana são negadas em regimes totalitários, que destroem a esfera pública e a esfera privada, levando os indivíduos a mais completa solidão, com a destruição da esfera pública e da esfera privada.

Hannah Arendt tematiza sobre a liberdade não apenas no campo da política, mas também como um tema essencial na vida social, possibilitando uma interlocução entre indivíduos e suas escolhas pessoais. Em seu pensamento, a razão de ser da política é a liberdade e essa é vivida basicamente pela ação. Segundo a filósofa, “Se entendemos então o político no sentido da *polis*, sua finalidade ou *raison d’être* seria estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pudesse aparecer” (1988, p. 201). De acordo com a filósofa, os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana, pelo *initium* que seria pensar no homem como ser que age. A liberdade como um atributo do começo se torna manifesta no ato da fundação, entendido como começo, início.

Conclui seu pensamento sobre a liberdade identificando a liberdade com o conceito de começo só se desenvolve em plenitude com a ação: “Se é verdade que a ação e começo são essencialmente idênticos, segue-se que uma capacidade de realizar milagres deve ser incluída também na gama das faculdades humanas”

(ARENDRT, 1972, p. 218). É dessa compreensão que Arendt vai extrair a expressão do milagre humano, que significa que o improvável pode acontecer e também o próprio conceito de início que significa a capacidade humana de começar. A noção de milagre em Arendt tem o sentido de que algo novo acontecer.

Segundo Hannah Arendt, seria pura superstição aguardar milagres, o ‘infinitamente improvável’, no contexto de processos históricos ou políticos automáticos, embora nem mesmo isso possa ser completamente eliminado (1972, p. 219). Os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana, *pelo initium* que seria pensar no homem enquanto ser que age. De todo modo, concluí seu artigo sobre a liberdade que nos conduz a pensar que o improvável na vida em sociedade pode acontecer:

A diferença decisiva ante as ‘infinitas impropiedades’ sobre as quais se baseia a realidade de nossa vida terrena e o caráter miraculoso inerente aos eventos que estabelecem a realidade histórica está em que, na dimensão humana, conhecemos o autor dos ‘milagres’. São homens que os realizam – homens que, por terem recebido o duplice dom da liberdade e da ação, podem estabelecer uma realidade que lhes pertence de direito (ARENDRT, 1972, p. 220).

OS CONCEITOS DE ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA

Os conceitos de *esfera pública* e *esfera privada* são centrais no pensamento de Hannah Arendt e em seu livro *A condição humana*, de 1958. Contribuem também o campo das Ciências Sociais, marcado pela predominância do conceito de público relacionado ao Estado, embora esse conceito assumia também o significado de uma representação pública.

Hannah Arendt elabora as categorias de público e privado com foco na vida pública, das ações compartilhadas entre os indivíduos, ou seja, o espaço público da ação e o espaço da vida privada, no espaço da família. Uma abordagem distinta dos conceitos de esfera pública e esfera privada que diz respeito à relação entre Estado e sociedade, ou na de direitos e deveres, em que o público está identificado com os deveres do Estado e às suas atribuições, e o privado aos direitos e deveres dos cidadãos.

O Estado em Hannah Arendt é uma instituição de poder, enquanto a *esfera pública* é a esfera da ação compartilhada entre os indivíduos para elaboração e formação da opinião pública e, inclusive, a formulação de suas demandas para a sociedade e o Estado. Em Arendt, o público tem um sentido plural e não apenas institucional. Embora o conceito de público tenha muitos significados porque em geral diz respeito à coisa pública, a formulação de público como esfera pública em Hannah Arendt expõe todos os indivíduos como coparticipantes e responsáveis pela vida pública.

Para Arendt e Jürgen Habermas, este em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (1984), a esfera pública é o espaço da formação da opinião pública compartilhada, cujo nascedouro na sociedade moderna veio dos salões modernos, como espaço de formação da opinião pública. Nos cafés e salões, os indivíduos se reuniam para conversar e emitir opiniões sobre os assuntos do dia, livres de qualquer interferência da ordem constituída. A esfera pública,

como a esfera da formação da opinião compartilhada tem um significado político central no pensamento político de Arendt.

As categorias do público e do privado foram elaboradas teoricamente, no capítulo II do seu livro *A condição Humana* (1958), intitulado *As Esferas pública e privada*, no qual há um histórico sobre a formação dessas esferas, que permeiam o pensamento político da autora, que tinha muito claro a divisão entre o público e o privado na sociedade civil. Semanticamente essas esferas têm significados e valores diferentes na história e desenvolvimento das sociedades:

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional” (1987, p. 37).

Denomina que a forma política de organização desse estado moderno é denominada de ‘nação’. Dessa definição do Estado nação como forma de organização do Estado moderno, Arendt define a *esfera pública* como sendo o espaço de formação da opinião pública, independente do Estado e da família, como uma invenção do capitalismo.

O sentido de público na sociedade moderna vem da constituição do Estado moderno, que também criou a noção de esfera social, constituída pela sociedade civil. Como citado, esse conceito de público no sentido de uma esfera de formação da opinião pública foi também elaborado por Jürgen Habermas, no livro *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (1984), no qual descreve a origem e formação de uma esfera pública, na sociedade burguesa.

Conforme Hannah Arendt, a esfera pública dos salões, seria depois substituída pelo moderno individualismo. Segundo ela, “A esfera privada se enriqueceu por meio do moderno individualismo” e o que hoje chamamos de privado é um círculo de intimidades. E o antigo sentido de vida privada que significava ausência da atividade política, ganhou o sentido positivo com a dimensão da individualidade (1958, p. 48).

Depois de longa reflexão sobre as mudanças históricas das dimensões conceituais entre o público e o privado, Arendt sugere que esse mundo construído pelos homens, na medida em que é comum a todos nós, é diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Esse mundo antes tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. De acordo com a pensadora, na sociedade moderna com o surgimento da esfera social, a oposição se dá mais entre essa esfera e a esfera da intimidade, o que sobrou da esfera privada, na medida em que essa vai se identificar com a sociedade, dirigida por um chefe” (1958, p. 62).

Conclui essa reflexão, com um elogio à vida pública ao falar das categorias da palavra e da ação. Para a pensadora, essa é a nossa identidade impermutável:

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original (1987, p. 189).

Para a filósofa, a esfera pública, se constitui como uma esfera separada da Estado e composta por cidadãos livres. Refere-se também à importante reflexão de Maquiavel sobre sua vocação para a vida pública: “Eu amo meu país Florença mais do que a salvação de minha alma. Embora fosse um homem religioso, não tinha dúvidas quanto a sua vocação política. Nesse sentido, o florentino também é citado por Max Weber em seu ensaio *A política como vocação* (2011), como um exemplo de um político por vocação, aquele que embora seja religioso, o seu *amor mundi* é o que orienta suas ações.

O CONCEITO DE PODER EM DUAS TRADIÇÕES

O conceito de poder em Hannah Arendt também mantém uma interlocução importante com as Ciências Sociais na medida em que distingue o poder do conceito de violência e ação instrumental e o define como a capacidade humana não somente de agir mas agir de comum acordo. Ou seja, o poder em sua compreensão é uma construção humana, sobre a melhor forma de ação e não uma forma de violência que, em seus termos é uma instrumental que diz respeito a atingir um fim.

Em relação poder, Arendt tem uma compreensão totalmente distinta de Max Weber. Para Arendt o poder a capacidade agir em acordo e Weber o poder tem o sentido de uma dominação legítima, reconhecida pelos indivíduos. Embora com compreensões distintas quanto ao conceito, existe um diálogo entre os dois pensadores em relação à compreensão da vocação política, que poderíamos definir em Arendt e em Weber como o *amor mundi*, neste de acordo com seu ensaio sobre *A política como vocação* (2011). Daí a coincidência entre os dois pensadores se referirem a Maquiavel como um exemplo de vocação política, pela sua dedicação principal à vida pública, apesar da distância no tempo entre os dois pensadores, Max Weber (1864-1920) e Hannah Arendt (1906-1975), e de seus antagonismos quanto à compreensão conceito de poder, um como dominação e outra como a construção de acordo quanto ao agir.

Nesse sentido, podemos contrapor, mas também estabelecer um diálogo pelas diferenças entre os dois pensadores sobre os conceitos de *poder* e *violência* por eles tratados, em Max Weber, *A política como vocação*, e em Hannah Arendt Sobre a *violência*. Porém, podemos extrair um diálogo entre os dois autores sobre a busca da compreensão da escolha política como uma vocação.

Por sugestão de seu orientador de doutorado, Karl Jaspers, amigo e confidente de longa data, Hannah Arendt passou a se interessar pela obra de Max Weber. Assim comprova uma das cartas entre eles. Em uma biografia de Weber, John Patrick Diggins (1999) destaca como citações iniciais do livro um diálogo entre Jaspers e Arendt.³ Escreve Jaspers:

³ Não saberia comprovar se essas cartas foram realmente escritas ou se foram imaginadas pelo autor da biografia.

Tive um sonho marcante ontem à noite. Estávamos juntos na casa de Max Weber. Você, Arendt, chegou tarde, foi recebida calorosamente...Ele acabava de chegar de uma viagem pelo mundo, havia trazido documentos políticos e obras de arte, principalmente do Extremo Oriente. Ele nos deu alguns, para você os melhores porque você entende mais de política do que eu.

Você deveria reler Max Weber sobre os arquétipos (e sobre outras coisas também)? Assim, se algo da antiga visão subjacente “total” da história permanecer ainda em seu texto, esse último vestígio não desaparecerá?...Todos nós hoje estamos inclinados, no clima intelectual criado por Hegel e Marx e ainda não abandonado por Spengler e Toybee, a mordiscar instintivamente as migalhas da falsa grandeza imputada à história, uma vez que essa grandeza foi roubada de Deus.

Karl Jaspers para Arendt, 20 de abril de 1950.

Resposta de Arendt:

Estimulada por sua carta, tenho lido muito Max Weber ultimamente. Senti-me tão estupidamente encantada que fiquei com vergonha de mim mesma. É impossível igualar a seriedade intelectual de Weber pelo menos para mim. Tenho a impressão de que há sempre alguma coisa dogmática dependurada em alguma parte. (É isto o que acontece quando os judeus começam a escrever história).

Hannah Arendt para Karl Jaspers, 25 de junho de 1950

Hannah Arendt define a política - diferente de em Max Weber é a capacidade da dominação legítima - como uma ação compartilhada, a condição humana da pluralidade. Entre as atividades da vida ativa – definidas por ela como o *labor*, o *trabalho* e a *ação* – a *ação* é a atividade política por excelência, porque é a única exercida diretamente entre os homens, “sem a mediação das coisas ou da matéria. Compreende a ação como a condição humana da pluralidade: “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (A Condição Humana, 1987, p. 16).

De acordo com a pensadora, a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com a igualdade *relativa* e, em contrapartida, às diferenças *relativas*. A política surge não no homem, mas *entre* os homens, no intra-espaço e se estabelece na relação. O espaço original da política é o espaço público (a esfera pública compartilhada). O agir político só existe plenamente em liberdade.

Para a teórica da política, a liberdade tem uma dimensão inaugural e começa com a *natalidade*, a categoria central do pensamento político. O poder consiste na capacidade humana de agir em concerto. É um fim em si mesmo. Distingue-se da violência que é por natureza instrumental e como todos os meios necessita de justificativa.

O *poder* corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas” (Arendt, *Da violência*, p. 123).

[...]

O que torna o homem um ser político é sua faculdade de agir. [...]. Filosoficamente falando, agir é a resposta humana para a condição da natalidade. Já que todos nós chegamos ao mundo em virtude do nascimento, estamos aptos, como recém-chegados e principiantes, a começar algo novo: sem o fator do nascimento nem sequer saberíamos o que é a novidade, e qualquer ‘ação’ não passaria de comportamento ou preservação comum” (Ibid p. 152).

Por sua vez, o sentido da política para Max Weber é a conquista e a preservação do poder: “Todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder, ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere” (VP, p. 57) Para o autor, o centro da política é o Estado.

Por sua vez, o sentido da política para Hannah Arendt é a liberdade: “Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade” (ARENDR. *O que é Política?* p. 38).

No entanto, apesar de inconciliáveis divergências em relação ao conceito de política – para Weber a arte da dominação e para Hannah Arendt a arte de construção de acordos – os dois autores têm em comum a compreensão da vocação política: o amor a coisa pública em oposição ao interesse privado. Os dois, portanto têm uma mesma visão sobre a ética da política *como a ética da responsabilidade*, que em Arendt se expressa como o *amor mundi*.

Um outro ponto em comum é que mesmo com compreensões tão divergentes em relação ao conceito de poder, tanto Max Weber como Hannah Arendt vão se apoiar em Maquiavel na compreensão da esfera pública como uma esfera distinta da esfera da religião. E os dois, tanto Max Weber quanto Hannah Arendt, vão se referir a Maquiavel como o exemplo de uma vocação, quando diz: “Eu amo meu país Florença mais do que a salvação de minha alma. “ Isso não significa que Maquiavel não fosse um homem religioso, mas a vocação política vinha em primeiro lugar.

Em Max Weber, a política requer responsabilidade e senso de proporções. Em suas palavras, no seu ensaio *A vocação política* “ a política é um esforço tenaz para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica confirma – que não se teria atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível” (2022, p.123).

De acordo com Weber, em neste seu ensaio, a política é a ação que visa alcançar o poder: “A política é o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (2022, p. 56). Todos os homens estão envolvidos de certa forma com a política, como políticos ocasionais, eleitores, ou políticos profissionais. No entanto, o foco de Weber é

com os que se dedicam à atividade política, por *vocação* ou como *políticos profissionais*, os que vivem da política.

O elemento da dominação está presente na compreensão do conceito de poder em Marx Weber. Seu conceito de poder envolve uma relação entre ordem-obediência, concretizada na forma do Estado moderno. De acordo com o sociólogo: “Devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica *o monopólio do uso legítimo da violência física*” (2011, p. 57).

Em termos de definições do que é o poder, Hannah Arendt e Max Weber completamente divergentes, pois a compreensão de poder em Hannah Arendt não está relacionada ao Estado, mas à esfera pública. Para a autora, é na esfera pública, no espaço da palavra e da ação, que é gestado o poder, que não é em si uma representação explícita da dominação.

Apesar das diferentes concepções de poder entre Max Weber e Hannah Arendt, seus textos e artigos trazem importantes contribuições para um diálogo sobre esse tema da política e, por isso mesmo, sugerem excelentes debates e comparações. Nossa percepção é que apesar de dois olhares conceituais distintos sobre o que é poder, há muito a explorar nessas duas tradições do conceito de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESPONSABILIDADE PESSOAL E RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Na citada entrevista dada por Hannah Arendt ao jornalista Günter Gaus, em 1964, quando ele lhe perguntou sobre “seu papel no círculo de filósofos”, ela respondeu: “Não pertenço ao círculo de filósofos. Minha profissão, se é que se pode chamar assim, é a teoria política”.⁴ Em uma outra resposta, sugere sobre o que a levou ao pensamento político foi a sua identificação como uma judia. A partir de então, ela se percebeu como tal e passou a pensar politicamente sobre essa condição social. Nesse sentido a relação entre responsabilidade pessoal e responsabilidade política passou a ser uma de suas reflexões centrais e que acompanharam sua produção literária.

Richard Bernstein, em recente livro *Por que ler Hannah Arendt hoje?* (2022) retoma essa reflexão na conclusão de seu livro, intitulada *Responsabilidade Pessoal e Responsabilidade Política*. Consideramos que essa temática foi central no pensamento de Hannah Arendt e em suas contribuições para o campo das Ciências Sociais, com os conceitos de política, liberdade, esfera pública e esfera privada, e poder, sempre elaborados, a partir de sua formação acadêmica e vivência como cidadã do mundo.

⁴ “O que resta? Resta a língua”: uma conversa com Günter Gaus. In: Arendt, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismos (ensaios)*. Organização: Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Ao retomar o tema *Responsabilidade pessoal e responsabilidade política*, como conclusão de seu livro, Richard Bernstein não somente aprofunda esse fio condutor do pensamento de Hannah Arendt como sugere uma reflexão para os tempos atuais.

Acreditamos que alguns dos conceitos aqui elaborados com base em um diálogo entre as Ciências Sociais e o pensamento de Hannah Arendt podem trazer contribuições para um olhar sobre o nosso tempo, para o campo da filosofia e para as Ciências Sociais.

Arendt foi uma intelectual de *face pública* no sentido dado por Karl Mannheim (2008), em seu texto sobre a categoria do intelectual e em Jürgen Habermas (1984), quando ela busca um fio condutor de seu pensamento como cidadã do mundo. O tema do *amor mundi*, foi a denominação dada a consagrada biografia de Hannah Arendt escrita por Elizabeth Young-Bruehl, *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt* (1997).

A filosofia de Hannah Arendt, tem profundas influências do pensamento de Santo Agostinho, principalmente sobre a reflexão dele, sobre a liberdade e a categoria humana do começo. É influenciada também pela filosofia política Immanuel Kant (1993), sobre a categoria de *esfera pública*, da pluralidade e também sobre o fenômeno da guerra. A isso poderíamos denominar uma filosofia política, voltada para a compreensão do mundo.

De acordo com Bernstein, o link que conecta todas as contribuições de Hannah Arendt é sua própria história de vida, suas experiências, que motivaram seu pensamento político-filosófico. Uma filósofa que acompanhou o pensamento de sua época sem nunca deixar de indagar sobre o seu lugar no mundo:

Sua exploração do significado e da dignidade da política foi concebida como um ato de recuperação e de restabelecimento – um lembrete de uma possibilidade real enraizada em nossa natalidade. Ela queria manter vivo o espírito revolucionário – a criação espontânea de espaços de liberdade tangível, mundana, pública. Ela estava plenamente consciente da disparidade entre sua concepção da política e os modos como normalmente pensamos a política hoje (2021, p. 130).

Segundo Richard Bernstein, que foi colega de Hannah Arendt na New School for Social Research, “Arendt nos ensinou a não negar nossa existência nem nos submeter mansamente aos desafios do nosso tempo” (p.130). É também ressaltando a atualidade de seu novo livro *Por que ler Hannah Arendt hoje?* que concluímos nossa participação no XIV Encontro Hannah Arendt, de 17 a 19 de maio de 2023: “Devemos ler Arendt hoje por sua perspicácia em compreender os perigos que ainda enfrentamos e ter nos advertido sobre não nos tornarmos indiferentes ou cínicos. Ela nos exortou a assumir a responsabilidade dos nossos destinos políticos” (2021, p. 131).

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Terceira edição. Rio de Janeiro: Forense Forense-Universitária, 1987.
- ARENDT, Hannah. **A dignidade de política: ensaios e conferências**. Antônio Abranches (Organizador). Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54**. Tradução Denise Bottman. Organização de Jerome. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- ARENDT, Hannah. Da Violência. In: **Crises da República**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Tradução de André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. **Love and Saint Augustine**. Edited and na Interpretative Essay by Joanna Vecchiarelli Scott and Judith Chelius Stark. The University of Chicago Press. Chicago & London.1996.
- ARENDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Cppyright: Instituto Piaget: Lisboa, 1997.
- ARENDT, Hannah. O que é liberdade. In: **Entre o passado e futuro**. Editora Perspectiva. 2 edição, 1988.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Editoria Ursula Ludz. Tradução reinal Guarany. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Edição Jerome Kohn: Revisão técnica Bethânia Assy e André Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARENDT, Hannah. **The recovery of the public World**. Edited by Melvyn A. Hill. ST. Martin,s Press – New York. 1979.
- BERNSTEIN, Richard. **Por que ler Hannah Arendt hoje?** 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. 146 p.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **A esfera da política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. 246 p.
- DIGGINS, John Patrick. **Max Weber: a política e o espírito da tragédia**. Tradução de de Liszi Vieira e Marcus Lessa. Rio de Janeiro: Record, 1999. 379 p.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398 p.
- KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros escritos**. Lisboa: Textos filosóficos. Edições 70, 2002.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. Tradução de Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PLATÃO. **Górgias**. Tradução, ensaio introdutório e notas de Daniel R.N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18 ed. Tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.
- YOUNG-BRUEHL. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.